

HABEAS CORPUS Nº 492.877 - RJ (2019/0039501-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ANDERSON MATIAS BARRETO (PRESO)

DECISÃO

ANDERSON MATIAS BARRETO, paciente neste habeas corpus, alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro** (Apelação Criminal nº. 0040302-05.2015.8.19.0014).

Consta dos autos que o paciente – preso desde 29/10/2015 – foi pronunciado e, em 2/8/2017, foi condenado pelo Tribunal do Júri à pena de 13 anos de reclusão, pela suposta prática do delito previsto no art. 121, § 2º, I e IV do Código Penal e art. 244-B, § 2º, da Lei n. 8.069/1990.

Irresignado, o paciente apelou e o Tribunal local determinou a realização de novo julgamento pelo Conselho de Sentença, o que não ocorreu até a presente data.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, decorrente de excesso de prazo a partir da decisão acima mencionada, pois não há notícia de designação de data para a realização de sessão plenária" (fl. 2).

Requer, liminarmente, a imediata soltura do paciente.

- a) Concessão da ordem no presente Habeas Corpus, inicialmente sob a forma de LIMINAR, para o fim de se determinar o imediato relaxamento da prisão, com a expedição de ALVARÁ DE SOLTURA em prol do Paciente;
- b) No julgamento de mérito, requer a concessão da ordem em definitivo nos mesmos termos postulados para a liminar;
- c) Subsidiariamente, caso assim não se entenda, seja determinado que o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal

da Comarca de Campos dos Goytacazes/RJ promova o regular andamento do processo n. 0040302-05.2015.8.19.0014, designando data para nova Sessão Plenária do Tribunal do Júri com a maior brevidade possível.

Decido.

Da análise dos autos, ao menos em um juízo de cognição sumária, **não identifico** manifesto constrangimento ilegal a ensejar o deferimento da medida de urgência com vistas a relaxar a prisão do paciente.

Portanto, em princípio, considerada a data da publicação do acórdão (6/9/2018 – fl. 2), não há como se afirmar que o feito não tem tido tramitação regular, não se revelando, de maneira evidente, nenhuma delonga injustificada em seu trâmite capaz de ensejar a soltura da paciente por excesso de prazo.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, encarecendo o envio dos elementos indispensáveis à análise do alegado na impetração, em especial de notícias atualizadas e pormenorizadas acerca do andamento do feito.

Todavia, expeça-se recomendação para que se imprima máxima celeridade ao julgamento pelo Tribunal do Júri, no julgamento da Ação Penal n. 0040302-05.2015.8.19.0014 em trâmite na 1ª Vara Criminal da Comarca de Campos dos Goytacazes – RJ

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**